

OS MUNICÍPIOS E A APLICAÇÃO SEGURA DA LEI Nº 14.133/2021

Aula prática com uso da IA no planejamento

20 a 24 de outubro

carga horária: 20 horas



Área temática
**Temas
aplicados**

Capacitação essencial para servidores municipais:
aplique a Lei nº 14.133/2021 com clareza, segurança e foco nos
desafios das administrações municipais.

A seguir, conheça o **PROGRAMA COMPLETO!**

O Curso

Eficiência, segurança jurídica e aplicação prática: o curso foi desenvolvido para ajudar os municípios a alcançar esses três pilares essenciais na aplicação da **Lei nº 14.133/2021**.

A realidade municipal impõe **desafios próprios e complexos** na aplicação da Lei de Licitações e Contratos. Por isso, estruturamos uma capacitação focada exatamente esses aspectos, com os **temas mais relevantes** abordados de maneira direta, clara e prática.

Mais do que teoria, o curso oferece **ferramentas e orientações aplicáveis ao dia a dia**, com uma linguagem acessível e direcionada para quem atua na linha de frente das contratações públicas nos municípios.

Além disso, vale destacar o uso da **Inteligência Artificial generativa como instrumento de apoio à fase de planejamento das contratações:** como utilizar a IA de modo seguro e eficiente, aproveitando suas potencialidades para elaborar documentos, estruturar justificativas, levantar informações e gerar motivações – tudo com foco na **realidade da gestão municipal**.

Se você trabalha com compras públicas municipais, esta capacitação foi pensada para você. Atualize-se com segurança, incorpore novas tecnologias e fortaleça a governança das contratações na sua Administração.

Quem **deve participar** desta capacitação:



- **Secretários e demais agentes responsáveis pela governança das contratações dos municípios**
- **Equipes de planejamento e áreas que atuam na fase de planejamento das contratações**
- **Agentes de contratação, pregoeiros e equipes de apoio**
- **Auditoria interna**
- **Assessoria jurídica**
- **Fiscais e gestores dos contratos**
- **Agentes que atuam nas contratações dos municípios**

Motivos para participar

Foco na realidade dos municípios:

o curso foi pensado a partir dos desafios específicos enfrentados pelas administrações municipais na aplicação da Lei nº 14.133/2021.

Inovação no planejamento com uso de IA generativa:

saiba como utilizar ferramentas de IA com segurança, entendendo seus limites, seus riscos e suas potencialidades, além de aprender a construir *prompts* eficazes e integrar esses recursos ao processo de contratação.

Fortalecimento da segurança jurídica e redução de riscos:

evitar falhas que geram apontamentos e responsabilizações é essencial. O curso mostra como agir preventivamente, mesmo com recursos limitados.

Conteúdo prático e aplicado:

abordagem clara, com foco nos principais temas, dificuldades e soluções práticas para a realidade dos municípios.

Boas práticas aplicáveis na rotina municipal:

exemplos concretos e orientações que funcionam no dia a dia da gestão pública local.



Os professores

Currículos descritivos na próxima página.



Alessandra
Corrêa Santos



José Anacleto
Abduch Santos



Manuela Martins
de Mello



Ricardo Alexandre
Sampaio

Alessandra Corrêa Santos

Advogada. Gerente de Produtos e Coordenadora Editorial das soluções eletrônicas Zênite. Integrante da Equipe Técnica Zênite. Colaboradora da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (8.; 9. ed., Zênite, 2011; 2013). Autora de artigos jurídicos na área de licitações e contratos administrativos.

José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da Parana Previdência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná.

Manuela Martins de Mello

Advogada. Consultora jurídica na área de licitações e contratos e regime de pessoal. Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Curitiba. Integrante da Equipe de Consultores e da Equipe de Redação da Zênite. Autora de diversos artigos jurídicos.

Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021* (Forense, 2022). Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

É possível acessar o descritivo completo com o currículo dos professores no *site* desta capacitação. Acesse em: www.zenite.com.br

Agenda da capacitação



Data:

20 a 24
OUT

Carga Horária:

20
horas
(14h às 18h)*

Replay:

por até
07
dias

* **PERGUNTAS & RESPOSTAS:** Ao final de cada aula, será destinado um tempo para troca de ideias e solução para as dúvidas enviadas via *chat*.



Programação completa



Aula 1 • Dia 20 de outubro, das 14h às 18h

Professor: **José Anacleto Abduch Santos**

INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA, AGENTES RESPONSÁVEIS, ATIVIDADE REGULATÓRIA E OS DESAFIOS NA REALIDADE DOS MUNICÍPIOS

- 01** Quais os principais desafios práticos na aplicação da Lei nº 14.133/2021 pelos municípios quanto à governança das contratações? Quais caminhos podem ser trilhados para uma evolução sustentável e segura? Qual a responsabilidade da alta administração e as consequências da omissão do prefeito?
- 02** Qual o conteúdo e a finalidade do Planejamento Estratégico, do Plano de Contratações Anual (PCA) e do Plano de Logística Sustentável (PLS)? Qual a importância prática do PCA para a evolução em governança das contratações pelos municípios?
- 03** Quais os agentes/áreas/atores envolvidos nos processos de contratação pública, as atribuições e os requisitos para a designação de acordo com a Lei nº 14.133/2021? Quem é a autoridade responsável pela designação: o prefeito ou o secretário municipal? O art. 8º é norma geral? Servidor comissionado pode ser designado agente de contratação?
- 04** Como observar a segregação de funções considerando a realidade dos municípios? Agente que atua no planejamento pode atuar na fiscalização dos contratos?
- 05** Quais as três linhas de defesa previstas na Lei nº 14.133/2021 e os desafios relacionados à sua aplicação pelos municípios?
- 06** Quais os pontos de atenção na atuação da assessoria jurídica e da auditoria interna no controle das contratações?
- 07** Quando os agentes públicos podem ser responsabilizados por erro ou falhas nos processos de contratação pública? Existe alinhamento entre a disciplina da Lei nº 14.133/2021 e da LINDB? Quais as diretrizes para caracterizar o erro grosseiro de acordo com o TCU?
- 08** Quais as boas práticas a serem observadas na regulamentação da Lei nº 14.133/2021 pelos municípios? Quais regulamentos (assuntos) devem ser priorizados pelos municípios? A regulamentação deve ser feita sempre por meio de decreto municipal? É possível aplicar os regulamentos federais?



Aula 2 • Dia 21 de outubro, das 14h às 18h

Professores: **Alessandra Corrêa Santos**

José Anacleto Abduch Santos

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (DFD, ETP, TR), UTILIZAÇÃO DA IA GENERATIVA E OS DESAFIOS NA REALIDADE DOS MUNICÍPIOS

- 09** Quais os principais desafios práticos na realidade dos municípios quanto à fase de planejamento? Quais caminhos podem ser trilhados para uma evolução sustentável e segura? É possível traçar uma diretriz adequada à realidade dos municípios e aderente à Lei nº 14.133/2021 para a estrutura da fase preparatória?
- 10** Compreendendo a IA e sua utilização no planejamento das contratações:
- a)** Quais os exemplos de IA generativa? Quais as diferenças e potencialidades de cada modelo?
 - b)** O que são comandos ou *prompts*? O que é *persona*?
 - c)** O que são alucinações?
 - d)** O que a IA generativa faz bem e no que ela falha?
 - e)** A IA substituiu o agente público na condução das contratações?
 - f)** Quais os cuidados fundamentais para utilizar a IA de modo seguro? O que precisa ser validado para usar a IA generativa com segurança?
- 11 Na prática com a IA:** Resolução de exercícios e demonstrações de como usar a IA generativa na fase de planejamento e na construção dos artefatos, com destaque para documentos e escolhas da fase de planejamento, levantamento de informações, elaboração de documentos e motivações.
- 12** Com relação ao DFD, ETP e TR:
- a)** Qual o conteúdo mínimo de cada documento? Quais as principais perguntas-chave a que cada documento deve responder? A quem compete sua elaboração? Quando podem ser dispensados?
 - b)** Quais as boas práticas na realização da pesquisa de preços? Qual a distinção da pesquisa para o ETP e para o TR? Quais os cinco pontos críticos mais apontados pelos órgãos de controle e que precisam ser dominados pelos municípios?
- 13** Quais contratações exigem a gestão de riscos? O que é e a quem compete implantar um sistema de gestão de riscos para as contratações municipais?



Aulas 3 e 4 • Dias 22 e 23 de outubro, das 14h às 18h

Professor: **Ricardo Alexandre Sampaio**

CONTRATAÇÃO DIRETA (VALOR, EMERGÊNCIA, SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS) CREDENCIAMENTO, SRP, MODELAGENS CONTRATUAIS E OS DESAFIOS NA REALIDADE DOS MUNICÍPIOS

- 14** Quais os cuidados e o passo a passo para a instrução segura dos processos de contratação direta pelos municípios?
- 15** Quais os cuidados para não incorrer em fracionamento indevido? Qual o papel do PCA como instrumento para afastar o fracionamento indevido? O que deve ser entendido por unidade gestora e por ramo de atividade?
- 16** É possível realizar uma dispensa pelo valor por exercício para a contratação de serviço/fornecimento contínuo? E se prevista a prorrogação, fica afastada a dispensa pelo valor ou deve ser considerado sempre o valor do exercício?
- 17** Quais requisitos devem estar reunidos e demonstrados para a configuração da dispensa por emergência? Como resolver o problema da emergência causada por falhas no planejamento? O prefeito pode responder por falhas de planejamento que determinem a contratação direta por dispensa de licitação emergencial? É possível prorrogar a contratação por emergência? Qual o entendimento do STF sobre esse tema?
- 18** Quais as condições para o enquadramento no inc. III do art. 73 da Lei nº 14.133/2021, que trata da contratação de serviços técnicos profissionais especializados por inexigibilidade? O que é e como comprovar a notória especialização? Quais os pontos de atenção a serem observados pelos municípios nas contratações de serviços técnicos e especializados por inexigibilidade?
- 19** Atualmente existe uma discussão sobre a utilização do credenciamento: afinal, quais os pontos de atenção, os pontos críticos e as boas práticas a serem dominados para afastar apontamentos e insegurança na escolha do credenciamento? Quais os entendimentos dos Tribunais de Contas? É possível construir um balizamento seguro a partir desses precedentes?
- 20** Quais as hipóteses de cabimento do credenciamento de acordo com o art. 79 da Lei nº 14.133/2021? Como entender:
- (i)** as contratações paralelas e não excludentes;
 - (ii)** as contratações a critério de terceiro; e
 - (iii)** os mercados fluidos?
- 21** Quais os pontos de atenção que representam erros e vícios comuns na escolha, na instrução, na execução e na gestão do sistema de registro de preços pelos municípios? Quais os pontos críticos e as boas práticas a serem dominados para afastar apontamentos e insegurança na escolha do SRP pelos municípios?

- 22** Em um município de menor porte cuja área/setor de compras não dá conta de realizar todos os processos licitatórios necessários para contratação dos bens e serviços necessários, seria possível cogitar substituir a realização desses processos por adesões a atas de registro de preços? Essa seria uma justificativa adequada para demonstrar a vantagem da adesão?
- 23** Quais os pontos de atenção e destaque relacionados ao “carona” para não participante em atas de SRP? O que deve ser avaliado e como deve ser formalizada a opção por pegar carona em ata vigente? Devem ser elaborados ETP e TR?
- 24** A plataforma Contrata+ Brasil se constitui em uma solução adequada para as contratações dos municípios? Quais os pontos de atenção e que merecem reflexões? Quais serviços estão disponíveis nesse momento dentro da plataforma?
- 25** Quais são as modelagens possíveis para a contratação de uniforme e material escolar pelos municípios? O SRP e o credenciamento são instrumentos adequados?
- 26** No caso de merenda escolar, quais os procedimentos a serem observados? O que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e quais os procedimentos previstos na Lei nº 11.947/2009?
- 27** Quais os pontos de atenção para utilização pelos municípios de recursos advindos de transferências dos estados e da União?
- 28** Tendo em vista que a Lei nº 14.133/2021 não trata do assunto, fica afastada a possibilidade de formação de consórcios municipais para a celebração de contratos que atendam a mais de um município (ex.: contratação de projetos de capacitação)?



Aula 5 • Dia 24 de outubro, das 14h às 18h

Professora: **Manuela Martins de Mello**

EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E OS DESAFIOS NA REALIDADE DOS MUNICÍPIOS

- 29** Quais os principais desafios práticos na realidade dos municípios quanto à execução e fiscalização dos contratos? Quais caminhos podem ser trilhados para uma evolução sustentável e segura?
- 30** Considerando que municípios de menor porte nem sempre dispõem de servidores com especialização/habilitação profissional necessária para realizar a fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, é possível, nesses casos, delegar a fiscalização para terceiros, estranhos ao quadro de pessoal da Administração?

- 31** Quais os pontos de atenção e os erros mais comuns na atuação do fiscal e do gestor em compras e serviços a partir da realidade dos municípios? O que envolve a fiscalização técnica e administrativa? E a gestão? Falhas na fiscalização podem determinar responsabilização do prefeito ou do secretário municipal?
- 32** Como conduzir os recebimentos provisório e definitivo de modo seguro? Quais as boas práticas a serem incorporadas na condução da execução dos contratos municipais?
- 33** Sobre a duração dos contratos, quais os pontos de destaque e com impactos aplicados na Lei nº 14.133/2021 sobre determinação dos prazos iniciais, dos prazos máximos e da prorrogação? Quais as especificidades dos municípios que precisam ser consideradas na definição dos prazos contratuais?
- 34** Qual a previsão da Lei nº 14.133/2021 sobre o cabimento da revisão, do reajuste e da repactuação? Quais os pontos de destaque e com importante aplicação prática sobre o marco inicial de contagem do reajustamento e a necessidade de sua previsão?
- 35** Quais os limites das alterações contratuais: quantitativa, qualitativa, unilateral e por acordo? As alterações consensuais não estão submetidas aos limites?
- 36** Quais os cinco principais acórdãos do TCU que representam erros impactantes nos contratos? Como evitar e como resolver esses erros na realidade dos municípios?

Investimento

CONDIÇÃO ESPECIAL

R\$ 3.270,00

por participante

Ebook: *Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública*

Apostila digital específica do curso

Certificado

04+01

A cada 04 inscrições pagantes, a Zênite disponibilizará 01 inscrição cortesia.



Certificação Zênite:
qualidade e excelência **garantida.**

Consulte todas as opções de pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas abaixo:

Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X

Banco Bradesco | Ag.: 5750 | Cc: 0797822-7

Caixa Econômica | Ag.: 1316 | Cc: 000578231404-0

Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7

Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 13001725-8

Observação: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Importante

O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do participante, que são individuais e intransferíveis.

Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).



Questões técnicas

Para o bom funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

- Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - Internet de 10Mbps (de preferência por cabo)
- Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome, Edge, Opera ou Safari. Evitar o Explorer.
- Banda ideal: Inbound participante: 3 Mbps

Para o acesso à plataforma do curso é necessário que a rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de Mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br>; *.pluz.app; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com;

Importante: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

